



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.36.92.AO05>

## Masculinidade como instituição: uma análise conceitual do “ser homem” no Brasil

*Masculinity as an institution: a conceptual analysis of "being a man" in Brazil*

Neuzi Barbarini<sup>[a]</sup>

<sup>[a]</sup> Mestre em psicologia social e institucional pela UFRGS. Professora de Psicologia na PUC/PR. Curitiba, Paraná, Brasil  
neuzi.barbarini@pucpr.br

Daniel Fauth Washington Martins <sup>[b]</sup>

<sup>[b]</sup> Graduado em Direito pela UFPR. Especialista em Criminologia pelo ICPC. Aluno do 9º período de graduação do curso de Psicologia da PUCPR. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR. Bolsista CNPq/CAPES. Curitiba, Paraná, Brasil  
danieltranquilo@gmail.com

### Resumo

O presente trabalho buscou compreender as especificidades da masculinidade brasileira com o fito de delimitar categorias adequadas à apreensão conceitual desse fenômeno pelo campo da psicologia. O objetivo principal, de demarcação das idiosincrasias da masculinidade nacional, acabou dando origem, ao longo da pesquisa, à necessidade de elaboração de uma metodologia capaz de abarcar o estudo das masculinidades na psicologia. Assim, além dos objetivos de compreensão do conceito de masculinidade, suas diferenciações (em especial entre masculinidade hegemônica e periféricas), objetivou-se construir um enfoque teórico que propiciasse legibilidade ao tema dentro da psicologia. Por constituir uma investigação teórica e conceitual, o principal método foi o de análise conceitual através de revisão bibliográfica. Tomou-se por base epistemológica os saberes da psicanálise institucional, as teorizações genealógicas de Michel Foucault, os estudos em gênero da teoria queer, além de outros enfoques pertinentes. O

principal resultado foi a elaboração do conceito de masculinidade enquanto instituição, ou seja, enquanto um conjunto de relações sociais que se repetem e, nessa repetição, legitimam-se. A compreensão da masculinidade enquanto conceito passaria, portanto, pela visualização de suas regras constitutivas, seus postulados, seus organizadores, que dariam legibilidade e valor aos demais discursos que circulariam dentro dessa instituição.

**Palavras-chave:** Masculinidade. Discurso. Gênero. Psicanálise. Instituição.

### Abstract

*The present paper aimed to understand the specificities of brazilian masculinity, seeking to set out adequate categories to the conceptual apprehension of this phenomenon by psychology as a field of studies. The main goal of lining off the idiosyncrasys of national masculinity ended up originating, throughout the research, the need to elaborate a methodology capable of covering the study of masculinities in psychology. Thus, beyond the goals of understanding the concept of masculinity, its differentiations (specially between hegemonic and periferal masculinities), the paper intended to build a theoretical approach that could bring readability to the theme within psychology. The epistemological ground upon which this work was elaborated consists of institutional psychoanalysis, Michel Foucault's genealogical theorizations, queer gender studies, amongst other. The main result was the elaboration of the concept of masculinity as an institution or, in other words, a set of social relations that repeat themselves and, through repetition, legitimize themselves. The comprehension of masculinity as a concept would thus imply visualizing its constitutive rules, principles, organizers, the elements that would confer readability and value to the discourses that also permeate this institution.*

**Keywords:** Masculinity. Discourse. Genre. Psychoanalysis. Institution.

### Resumen

*El presente trabajo buscó comprender las especificidades de la masculinidad brasileña con el fin de delimitar categorías adecuadas a la aprehensión conceptual de este fenómeno por el campo de la psicología. El objetivo principal, de demarcación de las idiosincrasias de la masculinidad nacional, acabó dando origen, a lo largo de la investigación, a la necesidad de elaboración de una metodología capaz de abarcar el estudio de las masculinidades en la psicología. Así, además de los objetivos de comprensión del concepto de masculinidad, sus diferenciaciones (en especial entre masculinidad hegemónica y periférica), se objetivó construir un enfoque teórico que propiciara legibilidad al tema dentro de la psicología. Por constituir una investigación teórica y conceptual, el principal método fue el de análisis conceptual a través de revisión bibliográfica. Se tomaron por base epistemológica los saberes del psicoanálisis institucional, las teorizaciones genealógicas de Michel Foucault, los estudios en género de la teoría queer, además de otros enfoques pertinentes. El principal resultado fue la elaboración del concepto de masculinidad como institución, o sea, como un conjunto de relaciones sociales que se repiten y, en esa repetición, se legitiman. La comprensión de la masculinidad como concepto pasaría, por lo tanto, por la visualización de sus reglas constitutivas, sus postulados, sus organizadores, que darían legibilidad y valor a los demás discursos que circularían dentro de esa institución.*

**Palabras clave:** Masculinidad. Discurso. Gênero. Psicoanálisis. Institución.

## Introdução

O presente trabalho buscou investigar a caracterização da masculinidade brasileira. Em um primeiro momento verificou-se, na linha dos estudos mais correntes no tema masculinidades, a existência e as peculiaridades da masculinidade hegemônica no país, bem como das masculinidades periféricas no contexto nacional. A partir dos estudos de gênero de matriz pós-estruturalista, foi percebida a necessidade de inserção da constituição racial da identidade nacional na reflexão, o que gerou questionamentos acerca dos conceitos utilizados, da capacidade de uma análise conceitual que geralmente empresta o conceito de masculinidade de outras áreas como a sociologia, de dar conta das necessidades investigativas da psicologia.

Passou-se, então, à verificação da constituição discursiva do objeto “masculinidades”, enfocando-se a elaboração de um conceito capaz tanto de abarcar satisfatoriamente os fenômenos levantados quanto de permitir sua operação por parte da psicologia. Assim, tendo em conta as categorias da psicanálise institucional e o caráter constitutivo do discurso, apontou-se como conclusão o entendimento da masculinidade enquanto instituição, como forma conceitual capaz de dialogar com a complexidade das discussões relativas à temática.

O tema, bastante atual, ainda mostra baixa incidência em termos de trabalhos acadêmicos, podendo-se verificar a existência de pouco mais de cem trabalhos sobre o assunto no banco de teses e dissertações da CAPES. Apesar disso, vários dos estudos (em especial estrangeiros) utilizados no presente trabalho, apontam para as constantes injunções entre fenômenos de violência, sofrimento psíquico e construção da masculinidade. Desta forma, a elaboração de categorias de análise capazes de dar suporte a esse campo nascente de investigação é fundamental à psicologia, já que tanto a relevância social do tema quanto sua novidade acadêmica geram uma significativa lacuna neste campo do conhecimento. Portanto, o presente trabalho buscou a construção de uma forma de compreensão da masculinidade que facilite seu manejo pela psicologia, com o objetivo de impulsionar futuros trabalhos não apenas acerca desta temática, mas também de outros fenômenos correlatos.

## MATERIAIS E MÉTODO

Escolheu-se a metodologia de revisão bibliográfica e análise conceitual para a realização do presente trabalho. A escolha se deu por conta da problemática levantada, ou seja, pela busca da melhor forma de se abordar o tema masculinidades no âmbito da psicologia, o que envolveria, a uma, compreender

como a literatura relacionada ao tema masculinidades na seara científica se constrói e, a duas, verificar formas de transposição de tal conceito à psicologia. A seleção de marcos teóricos para leitura ocorreu de maneira progressiva, à medida que as obras indicadas no projeto de pesquisa foram apontando outros caminhos investigativos necessários à compreensão da constituição da masculinidade no Brasil. Num primeiro momento, buscou-se mapear a tratativa atual do tema “masculinidades” através da literatura especializada, em especial do livro *Handbook of studies on men and masculinities*, de Kimmel, Hearn e Connel (2004), obra considerada referência no campo. Trata-se de uma coletânea de textos escolhidos para buscar dar amplitude ao tema, problematizando desde a conceptualização da masculinidade hegemônica e masculinidades periféricas até questões como a relação da masculinidade com fenômenos como a violência urbana, fluxos migratórios etc., com produções de autores de diversos países.

A essa leitura somaram-se problematizações a partir de estudos de gênero de base foucaultiana (Foucault, 1979, 1996, 1997, 1999, 2008, 2011 e 2016), pós-estruturalistas, em especial as reflexões de Paul Beatriz Preciado (2014) e Judith Butler (2006), que compreendem o gênero em seu caráter discursivo, como forma de articulação e fundação da realidade a partir dos corpos. O lugar do corpo, assim, começa a emergir enquanto topografia sobre a qual se inscreverão discursos de legibilidade aos sujeitos, constituindo-o. Dito de outra forma, a nomeação de certos órgãos como masculinos ou femininos, a escolha de determinadas vestimentas, determinadas formas de expressão como pertencentes a homens ou mulheres, cria a base da performatividade do gênero, o script social sobre o qual se encenará a existência individual.

Tais escolhas não são arbitrárias, mas, antes, acúmulos históricos, fruto de diversas disputas de poder percebidas, por exemplo, na criação e evolução de diferentes campos do saber e disciplinas, como as ciências humanas, instituições (a exemplo da psicanálise, dos hospícios, prisões, escolas), e assim por diante. Em suma, se o gênero é culturalmente estruturado, seu percurso possui historicidade, devendo ser compreendido a partir de formas de investigação genealógicas, que busquem origens, discursos reforçados e discursos perdidos ao longo do caminho, para que se compreenda a que(m) servem as atuais categorias de definição das masculinidades.

Assim, junto às formas foucaultianas de investigação, buscou-se um aprofundamento filosófico na perspectiva nietzscheana da linguagem com suporte na obra de Viviane Mosé (2005). Para Nietzsche (2009), a linguagem é constituída por uma série de “metáforas mortas”, referências a objetos já não mais localizáveis que ganham autonomia, hipostasiam-se, aparecendo como coisas evidentes, e não como categorias historicamente estruturadas. Em *Genealogia da Moral*, o autor aponta de que modo mesmo profundos conceitos de moral, como a ideia de bem e justiça, de ser e verdade, são produtos de um devir histórico, sedimentações de discursos descontínuos, que a historiografia tradicional tenta fazer aparecer como o resultado pacífico e óbvio e uma evolução linear quando são, em realidade, resultado de intensas e violentas disputas de poder. Estas teorizações lançaram

então, no caminho de nossa investigação, a seguinte questão: o que mais seria necessário para compreender a masculinidade no Brasil? Entraram, aí, as problematizações sobre a categoria raça, estruturante de nossa subjetividade brasileira.

Para dar conta de tal demanda, em primeiro lugar, foi necessário entender como o conceito de raça (categoria inexistente em termos biológicos que permanece, entretanto, enquanto realidade social) impacta na estrutura da subjetividade brasileira. Em consonância com a base psicanalítica da abordagem feminista pós-estruturalista escolhida, recorreu-se então à psicanálise (Segato, 2006; Santos, 1983) enquanto discurso utilizado para dar conta do fenômeno da racialidade e sua relação com a masculinidade no Brasil.

O que os estudos consultados demonstraram - com destaque para as obras de Neusa Santos Souza (1983), Nkosi Faustino (2014) e Richard Miskolci (2013) - foi a relação intrínseca existente entre a racialidade e a constituição da subjetividade no Brasil. O trabalho de Neusa Santo Souza explora a relação do ideal de branquitude com a constituição do ideal do ego (Freud, 1914) na pessoa negra, e as dolorosas consequências de tal disjunção. Incursionando no campo da masculinidade; Faustino aponta como a ideia do homem negro enquanto sujeito de força sem poder igualmente indica caminhos (auto)destrutivos aos sujeitos assim percebidos. Finalmente, Miskolci, através do estudo de obras literárias seminais do início do período republicano, explica como se constituiu o desejo da nação de personificação do homem branco de classe média, o modelo paternalista que migrava do senhor de engenho para o pai burguês urbano branco como forma de negação dos fantasmas da “selvageria” sexual e racial do Brasil agrário do período da monarquia.

A complexidade do tema convocou, então, a necessidade de centramento metodológico. Tendo-se em conta que a investigação científica não possui um caráter ensaístico, mas precisa de sólida base procedimental a fim de se firmar enquanto discurso verdadeiro, partiu-se em busca de referenciais que pudessem dar conta do processamento de tais dados. Dito de outro modo: se o campo de estudos da masculinidade é predominantemente sociológico e antropológico, como traduzir, ou melhor, como constituir discursivamente, dentro da psicologia, tais informações? Como dar inteligibilidade à performatividade do gênero, à racialização dos corpos e aos demais fenômenos que orbitam o campo de estudos?

Foi por tais preocupações que se recorreu aos estudos do discurso, aqui compreendido em sua dimensão foucaultiana (Foucault, 2008) enquanto tecido fundante da realidade, pré-condição de integração de informações e experiências e, principalmente, conjunto de significantes prévios ao sujeito, discurso que perpassa a história, fruto de disputas e descontinuidades, que busca se apresentar como obviedade, como resultado inevitável, ocultando (como já dito acima), sua historicidade. Para manejar o discurso, portanto, optou-se pelo recurso à Análise do Discurso de matriz francesa, através da obra de Eni Pucinelli Orlandi (1995, 2007/2015), a fim de lidar com fenômenos como o lugar do silêncio na constituição

dos discursos, as formas de análise dos discursos, os procedimentos capazes de manejar tais objetos e assim por diante.

A preocupação era, portanto, de encontrar uma metodologia apta a integrar tais dados de forma a dar inteligibilidade à masculinidade enquanto fenômeno. Assim foi que se chegou às leituras conclusivas da pesquisa: a compreensão da masculinidade enquanto instituição. A instituição, aqui, é entendida como um conjunto de relações sociais que se repetem e, nessa repetição, legitimam-se (Guirado, 2009). É o contínuo trabalho de atualização, de paráfrase, de aparente repetição a partir de diferentes formas que faz com que a instituição permaneça enquanto realidade, sobre os suportes materiais supracitados, existindo como discurso. Desta forma, as leituras finais que permitiram a conclusão do trabalho (a proposta de compreensão da masculinidade enquanto instituição) convocaram a Análise Institucional do Discurso (Guirado, *idem*) enquanto ferramenta metodológica de constituição dos objetos e delimitação dos discursos. Considerando que tal metodologia constitui-se do tripé psicanálise freudiana, análise do discurso de matriz foucaultiana e psicologia institucional, encerrou-se o processo de pesquisa pela compreensão psicanalítica do conceito de instituição (Kaes, Bleger, Enriquez, Fornari, Fustier, Roussillon & Vidal, 1991).

## RESULTADOS

O principal ganho da presente investigação foi a proposta de compreensão da masculinidade enquanto instituição. Como dito acima, o conceito de instituição como conjunto de relações sociais que se legitimam mediante sua repetição, propositalmente amplo, permite o trabalho investigativo dentro da psicologia de forma bastante profícua. Notou-se, por exemplo, que a frequente disjunção operada no âmbito da sociologia entre masculinidades periféricas e masculinidade hegemônica poderia ser agrupada enquanto diferentes formas de funcionamento de uma mesma instituição, apontando inclusive de que modo determinados movimentos aparentemente contestatórios poderiam, ao contrário, ser reforçadores de tal instituição em sua forma presente.

Uma derivação de tal resultado é que a investigação da masculinidade enquanto instituição demanda, em primeiro lugar, metodologias constituintes deste objeto, a exemplo da psicanálise institucional, das investigações discursivas de Michel Foucault, da análise institucional do discurso, e assim por diante. Longe de considerar o objeto “masculinidade” como dado, a ideia de que a masculinidade se constitui discursivamente, que não há nada de natural no masculino, mas que, pelo contrário, este é fruto de um discurso de organização dos corpos, indica que sua compreensão deve se dar enquanto trabalho a partir de um discurso, algo que está sendo dito, ainda que não esteja sendo falado, ainda que o seja através de silêncios, zonas de interdição e espaços de incompreensão do discurso, expressões consideradas mero ruído na comunicação etc.

De fato, a masculinidade é, antes de tudo, um mecanismo de inteligibilidade das expressões corporais dos sujeitos, um crivo que permite organizar os corpos a partir do significante “homem”, agrupando homens “de verdade”, homens negros, homens gays, homens trans, sendo igualmente um campo de disputa, uma arena onde os discursos se enfrentam, avançam, retrocedem, perpetuam-se, morrem e são ressuscitados de acordo tanto com sua lógica interna quanto com sua interrelação com outros discursos, com outras instituições.

Vale frisar aqui que a instituição é, antes de tudo, um corte arbitrário, uma maneira de agrupar discursos a partir de um mesmo critério. Como aponta Marlene (2009, p. 36), a instituição possui como elemento organizador um objeto, algo que define seu sentido, que permite organizar, hierarquizar, incluir e excluir discursos e, assim, realizar a manutenção da instituição. É essa disputa de sentidos, inclusive, que permite a mutabilidade, a subversão, servindo de critério para que se perceba o que há de diferente, de fato, nos elementos que se apresentam como novos dentro de determinada instituição.

Investigações deste tipo podem ser percebidas, por exemplo, no trabalho de Foucault (1996 e 1997) com as instituições psiquiátricas e prisionais, trabalhos nos quais o autor não se preocupa tanto com o aspecto organizacional de tais espaços (como seus regulamentos, suas normativas explícitas) quanto com o que ele chama de microfísica do poder, a forma como os corpos são organizados, nomeados, como discursos são agrupados enquanto ciência, sintoma, loucura, transgressão, e assim por diante. Assim, a prisão pode ser compreendida como locus de constituição do discurso sobre a criminalidade, a periculosidade, espaço de criação (e não de mera gestão) dos sujeitos criminalizados. A instituição psiquiátrica (aqui englobando igualmente os discursos médicos, jurídicos e clínicos sobre a loucura) produz sua clientela, nomeando determinadas formas de expressão como anormais, necessitadas de controle, de domesticação.

Em síntese, a constituição de objetos de análise a partir de sua compreensão enquanto discurso permite que se verifique o caráter criador, fundante, hipostático dos discursos que, no caso do objeto em apreço, trarão sentido à materialidade dos corpos ditos masculinos. O objeto da instituição masculinidade é, assim, produzir o homem, dar sentido à multiplicidade delimitando marcos de unidade que permitam considerar a diversidade física, cultural, etária, sexual dentro de um marco comum, ainda que esse centro discursivo seja alvo de disputas, localizando-se ora na presença de um pênis, ora no porte de características secundárias masculinas, ou mesmo na presença de um determinado setting genético, dentre outros.

## **DISCUSSÃO**

O desenvolvimento do tema “masculinidades” pode se dar de diversas formas, a depender da base epistemológica que o informa (notadamente, qual teoria de gênero, declarada ou não, aparece como seu fundamento) e da área do

conhecimento na qual se trabalha (se aproximada das ciências sociais, biológicas, do direito etc.). Uma coisa, entretanto, é consenso entre os diferentes trabalhos pesquisados: a masculinidade, enquanto gênero, não é uma mera expressão social dos processos biológicos que ocorrem a pessoas nascidas com um pênis. A masculinidade é, em maior ou menor grau, a depender do pensamento adotado, uma construção social, um discurso que deriva da diferença anatômica genital, ou mesmo constitui suas condições de inteligibilidade. Conforme afirma a antropóloga Nicole Mathieu (2009, p. 223):

As sociedades humanas, com uma notável monotonia, sobrevalorizam a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas, geralmente hierarquizadas) no corpo social como um todo. Elas lhe aplicam uma gramática: um gênero (um tipo) —feminino é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero masculino ao macho, para que se torne um homem social. (...). Assim, a extensão para a quase totalidade da experiência humana daquilo que é apenas uma diferenciação funcional em uma área [a biologia] leva a maioria dos seres humanos a pensar em termos de diferença entre os sexos como uma divisão ontológica irreduzível em que sexo e gênero coincidem e cada um deles é exclusivo em relação ao outro.

Sexo enquanto expressão de uma verdade genética e corporal, gênero enquanto tradução social e consequência de tal biologia, e sexualidade enquanto mecanismo de reprodução da espécie através do desejo heterossexual seriam as estruturas discursivas que, buscando se apresentar como verdades, desembocariam no que Judith Butler (2006) chama de continuum entre um sexo, sua expressão como gênero e a heterossexualidade “natural” de tal expressão. O sujeito é, assim, constituído como já orientado na direção de um determinado desejo sobre si e sobre o outro, e a constituição de si aparece como expressão natural de uma verdade biológica prévia, fazendo com que sujeitos que, em algum nível, escapem a tal continuum mostrem-se como “ilegíveis” socialmente. Nas palavras da autora (Butler, *idem*):

A coerência e continuidade da pessoa não são aspectos lógicos ou analíticos da personalidade, mas, ao invés disso, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Da mesma forma que a identidade é assegurada através dos conceitos estabilizadores do sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de pessoa é posta em questão pela emergência cultural dos seres generificados de maneira incoerente e descontínua<sup>1</sup>, que parecem ser pessoas, mas que falham em se conformar às normas gendradas de inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas.<sup>1</sup>

---

1 Tradução livre do original: “the ‘coherence’ and ‘continuity’ of ‘the person’ are not logical or analytic features of personhood, but, rather, socially instituted and maintained norms of intelligibility. Inasmuch as ‘identity’ is assured through the



A importância do gênero transcende, portanto, a mera nomeação dos corpos, sendo fundamental à própria concepção do sujeito enquanto existente. Em sede de trabalho de conclusão de curso (Martins, 2012), pôde-se investigar, por exemplo, de que forma diversas violências eram impingidas a pessoas trans, em especial às mulheres, por conta do caráter “abjeto” de seus corpos frente ao sistema de justiça criminal, desde sua não tutela por mecanismos de enfrentamento à violência contra a mulher até sua prisionalização de acordo com seu sexo de registro, resultando em sua catastrófica inserção em celas masculinas.

É o caráter organizativo do gênero, portanto, que fará com que este seja o ponto central a partir do qual derivarão discursos tanto sobre a verdade “biológica” do que seriam homens e mulheres quanto acerca do que orientará, e de que forma será orientado, seu desejo. Dito em outras palavras: não há um ser homem ou mulher anterior ao discurso. Mesmo a topografia corporal, a percepção de determinados órgãos como sexuais, como masculinos e femininos, como zonas erógenas, como áreas de exibição pública permitida ou proibida, são constituídas, antes, discursivamente, organizadas a partir da categoria gênero.

Acerca do termo, como nos explica mais detalhadamente Leticia Sabsay (2011, p. 85), citando Verena Stolke (2004):

“O termo ‘gênero’ nasce no campo da psicologia e da sexologia norte-americanas durante a década de 1960, e em suas origens, trata-se de uma categoria que, dentro de seu campo de formação, desenvolveu-se com fins notadamente normativos. Com efeito, seu interesse heurístico visava a medir, classificar (e patologizar) os indivíduos de acordo com variáveis de conduta que, como aponta Verena Stolke, permitiram ‘distinguir o sexo social designado do sexo anatômico e assim solucionar as dificuldades conceituais e terminológicas que apresentavam os intersexuais, transexuais e homossexuais cujo sexo biológico era ambíguo ao nascimento e não coincidia com sua identidade sexual desejada ou sua orientação sexual’, a qual devo declarar ainda que sob o risco de ser extremamente óbvia, se percebia como heterossexual”.

Assim, descobre-se (nomeia-se) “algo” em torno do qual se organizava a identidade do indivíduo com relação à ordem sexuada da sociedade. Esse organizador é denominado “gênero” e é, desde então, alvo de sucessivas apropriações teóricas sem, contudo, perder sua natureza discursiva. É a partir de tal compreensão que o estudo da masculinidade enquanto expressão social daquilo que se considera o ser homem se torna possível.

---

stabilizing concepts of sex, gender, and sexuality, the very notion of ‘the person’ is called into question by the cultural emergence of those ‘incoherent’ or ‘discontinuous’ gender beings Who appear to be persons but who fail to conform to the gendered norms of cultural intelligibility by which persons are defined”.

As teorias de base dos estudos de masculinidades refletirão, então, as diversas correntes presentes na compreensão do que seria gênero, podendo-se localizar, a grosso modo, duas vertentes: uma vertente estruturalista<sup>2</sup>, que compreende o binarismo sexual como base ontológica sobre a qual se erguerá o discurso social do gênero em cada sociedade em específico, e outra pós-estruturalista, para a qual a própria base ontológica é de constituição discursiva, não havendo significação possível prévia à linguagem. A diferença é que, para a primeira corrente, o sexo precederia o gênero e, para a segunda, o gênero daria sentido aos corpos, “criando”, por assim dizer, o sexo. A presente investigação tomou por base a segunda corrente<sup>3</sup>.

A escolha pela compreensão da masculinidade enquanto polo discursivo a partir do qual os corpos masculinos serão significados possui importantes consequências quando se busca verificar as especificidades do masculino no contexto brasileiro: implica compreender os discursos que orbitam os corpos, a forma como o masculino se constituiu historicamente. Torna-se necessário ir na contramão da impressão da masculinidade enquanto evidente e reconstituir o caminho de “metáforas mortas” (Nietzsche, 2009), de processos de referência e validação de ideias que desembocaram no que hoje se pode compreender por masculinidade, mas que teve seu traço, seu histórico, seu percurso arqueológico, apagado com o tempo.

Vale ressaltar que a divisão da masculinidade entre hegemônica e periféricas é bastante usual no campo de estudos das masculinidades e serve como forma de apontar que, para além do modelo social explicitamente proposto como forma desejável de ser homem, há outras formas de expressão da masculinidade, inclusive disruptivas desta, que disputam as significações do que seria masculino, tentam fugir a esta significação ou representam “ilegibilidades” dentro deste discurso. É por isso, inclusive, que não raro se fala em estudos de “masculinidades”, no plural, já buscando abarcar tal diversidade.

Em relação ao Brasil, pode-se afirmar que a masculinidade possui um centro gravitacional: a ideia de pai de família burguês, branco e heterossexual (Miskolci,

---

2 Nesse sentido, é icônico o trabalho da antropóloga francesa Françoise Héritier (2002) intitulado *Masculin/féminin: la pensée de la différence*, que parte da ideia de diferença percebida entre os corpos masculino e feminino para teorizar acerca de uma visão inferiorizante do feminino (e portanto, de construções subordinadas do ser mulher ao ser homem) em diversas sociedades.

3 Para uma rica discussão acerca das diferentes teorias sociais que embasam as pesquisas no campo das masculinidades recomenda-se o artigo de Holter (2004) na coletânea de artigos organizada por Kimmel e colaboradores (2004), intitulado *Social Theories for Researching Men and Masculinities: Direct Gender Hierarchy and Structural Inequality*.

2013), um modelo disciplinar<sup>4</sup> e biopolítico<sup>5</sup> desejável de expressão da masculinidade que representará, no topo da hierarquia, a masculinidade dita hegemônica (Schpun, 2004). Neste sentido, o trabalho do sociólogo Richard Miskolci (2013, pos. 2631 de 3558) acerca da constituição do que ele chama de “desejo da nação” é fundamental para compreender como, na virada do século, esta forma específica de masculinidade (uma releitura colonial do pater familias romano) foi se sagrando como mecanismo de organização familiar que segue se perpetuando:

A masculinidade se confundia com domínio em diversas esferas da vida subjetiva e social, em uma época que criava simetrias entre ordem política e lar domesticado burguês. Homens construíam sua figura pública respeitável e bem-sucedida a partir do controle da mulher na esfera doméstica, a do suposto acolhimento e segurança do lar. Um verdadeiro homem era um *pater familias*, incontestável cabeça do casal, formado por uma mulher tão dependente quanto seus filhos.

O modelo organizativo da masculinidade é, para o autor, uma forma de negação dos perigos de uma nova ordem social, que inclui ex-escravizados, trabalhadores assalariados e contextos urbanos, situações que demandariam uma fragmentação do poder do senhor de engenho em unidades menores, capazes de manejarem a si mesmos e aos “outros”, a exemplo das pessoas negras, mulheres e crianças. A masculinidade hegemônica no Brasil é, além de patriarcal, profundamente racista, já que toma por base organizativa a ficção da existência de raças na espécie humana; é masculinidade branca que, ainda que não assuma tal adjetivação, classifica como bons e maus os hábitos, costumes, atividades etc., em função de sua aproximação com a cultura branca, construindo-se o mito da branquitude brasileira.

4 No sentido dado por Michel Foucault (2007, p. 118), disciplina é uma forma de gestão dos corpos, a fim de calibrar e controlar seus movimentos, a exemplo do exército que passa a tornar-se paulatinamente obrigatório, demarcando um momento de disciplinamento corporal dos homens no Brasil. Nas palavras do autor, *esses métodos permitem um controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’.*

5 Foucault (1999, p. 289) define a biopolítica, diferenciando-a a disciplina, da seguinte maneira: “Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia, que se instala e se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc. (...) Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de ‘biopolítica’ da espécie humana”.

Por óbvio que a dita “cultura” branca é, em verdade, um emaranhado histórico de sucessivas populações que se deslocaram para o território brasileiro e que tinham, em comum, apenas a pele clara, divergindo profundamente em termos culturais. Assim, é a ideia de branquitude que permitirá uma unificação fictícia das identidades masculinas brancas, moldando-se de acordo com as populações europeias predominantes em cada região, mas mantendo o traço racializado. A ascensão social passa a ser, nesse contexto, confundida com e impelida por um processo de branqueamento dos indivíduos, pela adoção, inclusive por parte da própria branquitude brasileira, de uma estética e uma ética identificadas como brancas, europeizadas. Como explica Maria Aparecida da Silva Bento (2002, p. 58):

(...) o desejo da "europeização" expresso por essa elite evidencia que não só os negros se sentem desconfortáveis com a sua condição racial, mas o próprio branco brasileiro desejava e deseja ainda hoje (vide os meios de comunicação de massa) perder-se no Outro, o europeu ou o norte-americano. Isso torna o problema do branqueamento uma questão que atinge a todos os brasileiros.

Assim, a mulher branca, a mulher negra, o homem negro, todas e todos os diferentes do homem branco pai de família ocupam, nessa trama ficcional, uma posição relacional, seja encarnando seus desejos de constituição familiar enquanto receptáculo puro de sua semente (mulher branca), seja enquanto escape para seus desejos e corpo de trabalho doméstico para poupar a mulher branca do embrutecimento (mulher negra), seja como executor das funções braçais e depositário da animalidade colonizadora e genocida da cultura europeia, que enxergava no homem negro um perigo a ser controlado por sua suposta natureza periclitante à “boa” sociedade (Miskolci, 2013).

É por isso que Nkosi Faustino (2014) considerará que o homem negro é, ante o homem branco, um “pênis sem falo”, um corpo potente, viril, porém alijado da dimensão de poder que apenas o homem branco poderia exercer. Em uma reflexão de matriz psicanalítica acerca da percepção do homem negro enquanto sujeito castrado socialmente, nota-se que este, à semelhança da mulher, é o falo (enquanto símbolo de poder) do qual se apropria o homem branco para sinalizar seu domínio, assim como o são as mulheres de modo geral em relação a ele. A masculinidade branca é, assim, um foco de orientação para o desejo de constituição de si enquanto homem, ou de elaboração de um objeto de desejo nomeado homem. É a partir dela que se estabelece o lugar das demais construções identitárias, conquanto a pluralidade de corpos e desejo demonstre sucessivos escapes a essa narrativa de profundas implicações políticas.

Como propõe Neusa Santos Souza (1983, p. 33), o ideal do ego brasileiro é branco, sua constituição se dá por processos contínuos de repetição imagética na mídia, nos livros escolares, nos manuais técnicos e assim por diante. E isto para a autora é extremamente problemático, uma vez que realizar o ideal do Ego é uma

exigência – dificilmente burlável – que o Superego vai impor ao Ego. E a medida de tranquilidade e harmonia interna do indivíduo é dada pelo nível de aproximação entre o Ego atual e o Ideal do Ego (Souza, *idem*, p. 33). Note-se que no curso de psicologia, por exemplo, a absoluta maioria dos autores estudados é de homens brancos europeus, demonstrando um ideal ainda bastante afastado de nossa corporalidade e territorialidade. A masculinidade branca representa, portanto, o centro silencioso da organização da masculinidade brasileira, sendo vista como hierarquicamente superior, mais espiritualizada, como um locus a partir do qual se dirá o que é o outro.

Estas ponderações nos levam ao último grupo de questionamentos do presente trabalho: se a masculinidade é um fenômeno histórico e discursivo, se sua constituição precisa ser entendida a partir daquilo que é constituído discursivamente e percebido como materialidade dos corpos (raça, gênero, sexualidade), como inserir o estudo de tal objeto no âmbito da psicologia? Sabe-se que a “psicologia” assim nominada é um termo guarda-chuva que designa diferentes abordagens e escolas, de diferentes bases epistemológicas, sendo necessárias escolhas metodológicas prévias a qualquer elaboração. A psicanálise, neste ponto, se impõe como metodologia de elaboração do discurso e suporte de cognoscibilidade para os fenômenos propostos.

Tal conclusão, óbvia tendo-se em conta as teorias apontadas acima, leva a outra questão: como, dentro da psicanálise, compreender a masculinidade? Sabe-se bem que a diferença entre os sexos é entendida dentro do complexo de Édipo a partir do falo enquanto símbolo organizador, que teria sua origem mitológica individual na presença ou ausência do pênis. Rita Laura Segato (2006) faz uma leitura da estruturação do complexo de Édipo no caso brasileiro, afirmando haver uma dupla maternidade: a maternidade branca, casta, representante da mãe afetiva, e a mãe negra, de aluguel, pura corporalidade que nutre e cuida do bebê que, para prosperar em seu desenvolvimento e inserir na narrativa racista velada, precisa negar, banir preventivamente de sua subjetividade tal origem, a fim de manter-se dentro do ideal de branquitude e preservar sua “inocência”. Segundo a autora (Segato, 2006, p. 17):

(...) o fato de que a mãe se encontra impregnada por esta genealogia que vai do seio escravo do passado ao colo alugado de hoje, faz com que essa perda não possa ser somente rasurada no discurso como recalque. A supressão deve ser nada mais e nada menos que desconhecimento. A ausência mesma de conhecimento do destino terrível que é a marca da mãe é a tática de alienação e o refúgio do sujeito frente à possibilidade de tornar-se herdeiro dessa história.

É importante frisar que tal constituição é exercida em nível simbólico e imaginário, não necessitando ocorrer especificamente na vida do sujeito para que se impregne em sua subjetividade tal ideia de duas mães, dois corpos femininos de diferentes funções de acordo com sua cor. A compreensão da masculinidade brasileira pela psicanálise exige, portanto, que se racialize a análise do sujeito, sob

pena de manter esquecimentos fundamentais ao seu delineamento. Nas linha do que propunha Isildinha Baptista Nogueira, é preciso que se perceba a cor do inconsciente (Nogueira, 1998), um dos mais importantes elementos norteadores da estruturação do desejo da nação.

Mas, para além disso, a masculinidade enquanto discurso demanda ainda um agrupador que permita sua operação, conglobando não apenas sua dimensão normativa (aquilo que é apresentado como masculinidade), mas também suas descontinuidades, suas lutas internas, as tentativas de subversão, fuga e reforma de suas bases. Assim é que se conclui o presente desenvolvimento teórico com a seguinte proposta: da tratativa de masculinidade enquanto instituição.

O dicionário da Associação Americana - estadunidense - de Psicologia conceitua instituição como sendo, primariamente:

(...) uma prática estabelecida, tradição, comportamento ou sistema de papéis e relacionamentos, como o casamento, considerada uma estrutura ou arranjo normativo em uma sociedade. Sociólogos normalmente distinguem entre quatro tipos principais de instituições: políticas (ex.: monarquia), econômica (ex.: capitalismo), cultural (ex.: mídia, educação, religião) e social (ex.: organização familiar, raça, gênero).<sup>6</sup>

A instituição não se confunde, portanto, com uma estrutura, ainda que esta possa lhe dar sustentação. Diferencia-se de uma organização pelo fato de a organização possuir um nível de realidade social, espaço físico, dentre outros elementos mais concretos. A instituição, aqui, é entendida como um conjunto de relações sociais que se repetem e, nessa repetição, legitimam-se (Guirado, 2009). É o contínuo trabalho de atualização, de paráfrase, de aparente repetição a partir de diferentes formas que faz com que a instituição permaneça enquanto realidade, sobre os suportes materiais supracitados, existindo como discurso. A instituição pode, portanto, habitar uma ou mais organizações, fluir através de seu funcionamento, mas desborda os limites da organização.

Esta compreensão é importante tendo-se em conta a aparência óbvia e atemporal das instituições, que se apresentam como inevitáveis, espontâneas, acopladas a determinadas organizações, ocultando seu percurso constitutivo, os discursos que lentamente se sedimentaram e as estruturaram. A masculinidade, conquanto apareça como obviedade, é fruto de um transcurso histórico marcado por disputas de poder acerca de seus sentidos, da constituição de dispositivos e disciplinas, instituições que, por sua vez, deram corpo ao discurso inscrito sobre a corporalidade dos sujeitos, tornando-os sujeitos, assujeitando-os ao e no discurso.

<sup>6</sup> No original: *an established practice, tradition, behavior, or system of roles and relationships, such as marriage, that is considered a normative structure or arrangement within a society. Sociologists usually distinguish between four main types of institutions: political (e.g., monarchy), economic (e.g., capitalism), cultural (e.g., media, education, religion), and social (e.g., family organization, race, gender).* (APA, 2018). Disponível em: <https://dictionary.apa.org/institution>. Acesso em 03 jul. 2018.

A instituição possui, como elemento diferenciador, uma finalidade, um objeto, que a localiza na economia das diferentes instituições existentes. Tal finalidade não é necessariamente óbvia, e precisa ser compreendida dentro de uma problematização mais ampla do discurso, que inclua não apenas aquilo que é explícito, mas também o que se insinua por debaixo do discurso em sua relação com a ideologia e com o silêncio. Como afirma Eni P. Orlandi (2007/2015, p. 24), os discursos estão duplamente determinados: de um lado, pelas formações ideológicas que os relacionam a formações discursivas definidas e, de outro, pela autonomia relativa da língua<sup>7</sup>.

A instituição, assim, relaciona-se com os discursos organizando-os, definindo sua validade, as zonas de interdição, os enunciadores autorizados, os princípios de exclusão de conteúdos e assim por diante. Tudo isso influi diretamente na constituição dos sujeitos, na forma como seu desejo é interpelado pela instituição, e vice-versa. Problematizando a relação entre o desejo que não gostaria de encontrar barreiras e a instituição enquanto ordenação que convida o sujeito à assimilação, Michel Foucault (2008, p. 7-8) assim se exprime:

pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades.

A instituição, então, é historicamente estruturada, não manifestamente compreensível, demandando esforço interpretativo, trabalho constitutivo de metáforas que permitam organizar de maneira mais visível suas formas de funcionamento. A compreensão do objeto da instituição é fundamental, já que este constitui sua justificativa, o “em nome de que” se faz o que se faz. O psicanalista René Kaës (1991, p. 7) aponta, inclusive, a possibilidade de subsunção dos sujeitos à instituição, quando o instituído domina o instituinte, tornando-o alienado no sentido de que seu próprio desejo passa a ser expresso nos termos do objeto

---

<sup>7</sup> A autora ainda distingue duas formas de silêncio: o silêncio fundador, que existe nas palavras, ou seja, o não dito que sempre dá contornos ao dito, e a política do silêncio, subdividida em silêncio constitutivo (aquilo que não pode ser dito para que se diga outra coisa) e o silêncio local, que pontua exclusões e impede que o sujeito se inscreva em determinado significado tendo que, para isso, dizer no silêncio aquilo que não deve ser dito. Quanto a este último, a autora aponta que sua função não é tanto de evitar que algo seja dito (posto que o objeto da censura é conhecido), mas antes de impedir que determinado sujeito o enuncie, não podendo, assim, trabalhar o sentido daquilo que é censurado.

institucional. O ser homem pode dominar o sujeito, a ponto de este alienar-se do seu desejo a fim de satisfazer às exigências do script masculino determinado.

A instituição, assim, realiza funções psíquicas múltiplas para os indivíduos na sua estrutura, na sua dinâmica e na sua economia pessoal. Ela mobiliza investimentos e representações que contribuem para a regulação endopsíquica e que asseguram as bases da identificação do sujeito com o conjunto social (Kaës, 1991, p. 8). As funções institucionais ultrapassam o plano da utilidade, penetrando no entrelaçamento do sujeito e de seu desejo no próprio tecido social, dando coerência e sentido ao sentir e ao fazer.

A masculinidade compreendida como instituição permitiria, por exemplo, que se usufrísse de instrumentais como a análise do discurso ou, mais especificamente, da análise institucional do discurso, tendo-se em conta que sua constituição discursiva poderia ser organizada como corpo de discursos relativamente autônomo, centrado na produção do ser homem, reproduzindo-se à medida que se repete.

Além disso, tal caracterização da masculinidade afina-se com uma concepção mais atual de saúde, aqui tomada no sentido canguilhemiano de normatividade (Coelho & Almeida Filho, 2003, 101-113). Em tal visão, o estado de saúde seria a capacidade de um indivíduo retomar seu equilíbrio, resignificando os acontecimentos de sua história e mantendo-se ativo em relação às suas circunstâncias. Assim, para Coelho & Almeida Filho (2003, p. 108),

(...) saúde implica poder desobedecer, produzir ou acompanhar uma transformação. Ela pode até significar um desvio das normas sociais. Já o patológico é a perda da capacidade normativa, a impossibilidade de mudança, a fixação e a obediência irrestrita à norma. O homem normal é capaz de instituir novas normas, mesmo que orgânicas.

É nesta toada que se pode elaborar reflexões mais complexas acerca da masculinidade enquanto conceito, suas regras de funcionamento, as injunções e disjunções operadas a partir de seus diferentes sentidos por diferentes discursos. Um bom exemplo desse tipo de uso crítico do conceito (conquanto não utilize por base a ideia de masculinidade como instituição) é o trabalho de Santos e Nardi (2018) que busca compreender de que forma a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem não dialoga com as necessidades históricas e concretas da população masculina brasileira, profundamente marcada pelas divisões de classe e raça, erigindo um modelo de “homem” e um modelo de “saúde” de maneira idealizada e distante de uma perspectiva histórica, como propõe a tratativa da masculinidade enquanto instituição.

As possibilidades de análise que se abrem a partir daí são múltiplas, tanto na exploração dos princípios constitutivos de tal instituição, suas regras próprias, suas proibições, quanto na compreensão de seus sentidos, suas funções e seus limites. Em suma, qualquer processo de entendimento, questionamento e



transformação de um discurso precisa antes compreender como este se estrutura e o que, de fato, subverte (e não meramente parafraseia) seus conteúdos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo, partindo investigação das diferenças entre o que se entendia por masculinidade no pensamento estrangeiro e a experiência nacional passou à percepção de carências teórico-metodológicas para investigação do objeto. A busca por elaborar o conceito fundamental, masculinidade, foi, então, o centro dos trabalhos, tendo-se em conta que a constituição do fenômeno acaba por delimitar e influenciar diretamente em sua forma de compreensão.

Vale, aqui, o pensamento do filósofo Paul Ricoeur (1988) sobre o fazer ciência em ciências humanas, a relação que existe entre explicar e descrever. Para o autor, toda descrição já interpreta, cria a própria realidade que se pretende apresentar objetivamente, não havendo, portanto, cognoscibilidade absoluta nos objetos enquanto tais, já que estes sempre seriam, pelo menos em parte, discurso do sujeito que os apresenta enquanto tais. Ainda assim, a busca de “verdade” é uma tarefa de compromisso com a produção científica coerente, explícita em seus fundamentos e justificada em suas finalidades.

Considera-se, portanto, que o presente trabalho atendeu à expectativa de compreensão da masculinidade brasileira, apontando sua elaboração enquanto instituição como via possível de compreensão e elaboração de discursos acerca do tema. O resultado, assim, é a possibilidade de movimento e elaboração posterior a partir do conceito ora sedimentado, o que permite a continuidade do pensamento e do trabalho, somando-se ao corpo de conhecimentos já existentes sobre o tema. Mais do que isso, o conceito de instituição, aproximado da psicanálise institucional permite que se transponha para a psicologia uma delimitação do que se entende por masculinidade que comporte uma problematização histórica e subjetiva, já que é compreendido como modo de existência, performance, repetição que se legitima a cada atuação sua.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho teve por base a colaboração entre o aluno de graduação e bolsista de Iniciação Científica (CAPES/CNPq) Daniel F. W. Martins e a Professora Mestra Neusi Barbarini, orientadora do trabalho. Além da preciosa colaboração e orientação, houve também forte influxo de ideias do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, onde o referido estudante figura como orientando da Professora Doutora Katie Silene Cáceres Arguello, realizando pesquisas nas temáticas

relacionadas a masculinidades, violência, criminologias, gênero e outros temas afins com amparo de bolsa CAPES/CNPq. Frise-se que as bolsas foram percebidas de maneira sucessiva, de sorte que, seja durante a Iniciação Científica, seja após a aprovação para recebimento de bolsa pelo PPGD/UFPR, o estudante contou com o auxílio fundamental, e não cumulativo, de verbas para dedicação às atividades de pesquisa. Salienta-se também o amparo do Professor Doutor Cloves Antonio de Amissis Amorim no encorajamento da confecção deste trabalho e nos valiosos conselhos relativos aos percalços e meandros da vida acadêmica.

### Referências

- American Psychology Association. (2018). Dictionary of Psychology. Recuperado em 3 jul. 2018 de <https://dictionary.apa.org/institution>.
- Bento, M. A. S. (2002). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- Blay, E. A. (org.). (2014). Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Butler, J. (2006). Gender Trouble: feminism and the subversion of identity. Nova Iorque: Routledge.
- Coelho, M. T. Á. D., & Almeida Filho, N. D. (2003). Análise do conceito de saúde a partir da epistemologia de Canguilhem e Foucault. O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp. 101-113.
- Foucault, M. (2008). A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola.
- \_\_\_\_\_, M. (2016). As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_, M. (1997). História da loucura na idade clássica. São Paulo: Perspectiva.

\_\_\_\_\_, M. (2011). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Editora Graal.

\_\_\_\_\_, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Trad. e org. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

\_\_\_\_\_, M. (1996). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes.

\_\_\_\_\_. M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

Freud, S. (1914/1969). *Introdução ao narcisismo*. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 14. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago.

Guirado, M. (2009). *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. Tese de livre docência. Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Héritier, F. (2002). *Masculin/feminin: la pensée de la difference*. Paris: Odile Jacob.

Hirata, H., Laborie, F. Le Doaré, H. & Senotier, D. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, pp. 222-230.

Kaës, R. (1991). *Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 19-56.

Kaes, R. Bleger, J. Enriquez, E. Fornari, F. Fustier P. Roussillon, R. Vidal J. (1991). *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kimmel, M. S., Hearn, J., & Connell, R. W. (Eds.). (2004). *Handbook of studies on men and masculinities*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Martins, D. F. W. (2012). *Disciplina, biopolítica e violência no paradigma do gênero binário: o papel da política criminal no enfrentamento da*

violência contra pessoas trans. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito, Curitiba.

Mathieu, N. C. (2009). Sexo e gênero. in: Hirata, H., Laborie, F. Le Doaré, H. & Senotier, D. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, pp. 222-230.

Miskolci, R. (2013). *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume. [edição Kindle]

Mosé, V. (2005) *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Nietzsche, F. (2009). *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

Nkosi, D. F. (2014). *O pênis sem falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidade e racismo*. *Feminismos e masculinidades*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Nogueira, I. B. (1998). *Significações do corpo negro*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Orlandi, E. P. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

\_\_\_\_\_, E. P. (2007/2015) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp.

Preciado, P. B. (2014). *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 Edições.

Ricoeur, P. (1988). *Interpretação e Ideologias*. Org., trad. e apres. de Hilton Japiassu. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves.

Sabsay, L. (2011). *Fronteras sexuales: espacio urbano, cuerpos y ciudadanía*. 1. ed. Buenos Aires: Paidós.

Santos, H. B. D., & Nardi, H. C. (2018). Entre o trabalhador eo vagabundo: produção de masculinidades na história da saúde no Brasil. *Temas em Psicologia*, 26(4), 2299-2316.

Schpun, M. R. (org). (2004). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Segato, R. L. (2006). O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. *Série Antropologia*. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado em 06 de fevereiro de 2018 em <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie400empdf.pdf>.

Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal.

Stolke, V. (2004). La mujer es puro cuento: la cultura del género. In: *Estudios feministas*. v. 12. mai-ago. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina..